



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
*Gabinete da Presidência*

**VOTO DE PROTESTO**

Os CTT - Correios de Portugal, S.A., empresa portuguesa de Correios e Telecomunicações, que no próximo ano fará 500 anos de vida, foi tornada empresa pública em 1969.

Aquando da separação entre o correio e as telecomunicações, a empresa foi transformada em Sociedade Anónima, mantendo-se assim até 2013, altura em que o governo de então decidiu pela sua privatização integral.

A empresa CTT - Correios de Portugal, que, ao longo da sua história, se enraizou em todo o território português, incluindo as nove ilhas dos Açores, foi criando condições para percorrer, diariamente, todo o território nacional, de forma a prestar um serviço de proximidade às populações.

Exatamente por isso, ao longo da sua história, a empresa criou uma boa ligação comunicacional, fundamental no nosso País e com grande impacto nos Açores, dada a nossa condição arquipelágica.

Foi, ao longo dos anos, uma empresa que operou sob os valores da orientação para o cliente, com entusiasmo, confiança, inovação e excelência. Era um património de todos e que a todos servia com um alto grau de qualidade.

A partir da sua privatização, foi notório o aumento do número de reclamações. A partir daí, a empresa diminuiu de forma drástica o seu número de colaboradores, levando a uma diminuição drástica na sua presença no território nacional e regional, com a conseqüente diminuição dos serviços de proximidade às populações e mesmo à destruição de uma confiança que levou centenas de anos a conquistar.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
*Gabinete da Presidência*

A empresa CTT passou de uma empresa reconhecida pela qualidade dos seus recursos humanos, a todos os níveis, a uma empresa que não valoriza de forma digna o seu capital humano, um capital humano que diariamente veste o seu fardamento e trabalha para dignificar a sua empresa, onde, infelizmente, grassa exploração e falta de dignidade no trabalho.

No mês de fevereiro de 2018, há um ano, na Assembleia da República, o Partido Socialista teve a oportunidade de questionar a Administração da empresa CTT sobre o impacto negativo que as opções de gestão estavam a causar nos Açores: a falta de recursos humanos, o longo tempo de espera e o atraso sistemático na receção de correio, encomendas e vales, com prejuízo para a vida das pessoas e das empresas.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova um Voto de Protesto pelo serviço prestado nos Açores pela empresa CTT, considerando as queixas, reclamações e situações de incumprimento, cada vez mais frequentes.

Aprovado, por unanimidade, pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta, em 12 de fevereiro de 2019.

A Presidente da Assembleia Legislativa  
da Região Autónoma dos Açores

Ana Luísa Pereira Luís